



OS DÍZERES DE GEOGRAFIA POLÍTICA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA DO ENSINO MÉDIO

Ludmila Losada da Fonseca (UFRGS)
ludmila.losada@gmail.com
Ivaine Maria Tonini (UFRGS)
ivaine@terra.com.br

Resumo – Este texto tem a intenção de examinar como a Geografia Política se apresenta enquanto conteúdo no livro didático do Ensino Médio, através dos conceitos de Território, Fronteira e Ordem Internacional. O exercício analítico permite perceber a importância do livro didático para além de suporte mas também como construtor de conhecimentos para os jovens estudantes, onde o que está sendo veiculado será significado para sua compreensão de mundo. Os ditos sobre Geografia Política ainda se encontram muito pulverizados e em escala internacional, sendo necessário potencializar os conteúdos para reflexões com contexto do aluno.

Palavras-chave – ensino de Geografia, livro didático, Geopolítica

Eixo temático – GT2 – a Educação Geográfica, suas Linguagens e Representações Espaciais

INTRODUÇÃO

O livro didático ainda se apresenta como ferramenta didática essencial e como material fundamental na preparação dos planejamentos de ensino, é a partir dos livros que os professores decidiam o que lecionar. O livro torna-se ainda mais fundamental quando do distanciamento do professor com a disciplina lecionada. Não são raras as vezes em que professores substituem suas aulas pela leitura do livro didático, provocando o afastamento do professor enquanto “sujeito condutor do processo pedagógico” (KAERCHER, 2007, p. 31). A dura realidade docente (baixos salários e alta carga horária de trabalho) não permite que se faça uma crítica esvaziada e não contextualizada do porquê os professores substituírem seu protagonismo em sala de

aula (no pensar na aula, em tentar algo diferente) pelo Livro Didático¹, algo já identificado por Kaercher (2004, p. 113) quando cita que “no quadro atual, de sobrecarga dos professores, há muito o LD já se tornou um recurso fundamental. A falta de tempo para essa preparação e a falta de estímulo de sua atividade profissional talvez sejam as grandes razões para o destaque dado ao LD na prática docente.

Contudo não se faz aqui coro aos que veem o LD como um vilão ou como ferramenta ultrapassada. Ele é essencial para o cotidiano escolar. Toda a escola tem, por mais desestruturada que seja, um quadro e giz, e, logo, o livro didático. Então, se faz necessário o uso dessa ferramenta didática e toda a sorte de estudos que o abordem como objeto. O que faz desse instrumento ser bom ou ruim é a forma como é utilizado. Cabe a nós, docentes de Geografia, nos apropriarmos dela e pensarmos em um uso condizente com a realidade dos jovens para os quais estamos lecionando. Usar ou não o LD não defini ser um bom-mau professor. Mas fazer dele um instrumento para o ensino-aprendizagem dos estudantes é o mais importante.

De todo o espectro de ramificações que existem dentro da Geografia, optamos pela política para trazer pro debate deste texto. As nossas relações (todas: humanas, com a natureza, com os objetos) são pautadas pela política. A própria etimologia da palavra já traz consigo seu caráter geográfico, por fazer referência à *polis*, isto é, à cidade. Dessa forma, a Geografia Política nos permite viajar entre as escalas locais e globais, trabalharmos com problemas mundiais e descobrir se localmente temos os mesmos problemas. Isto é, podemos nos dar conta que somos cidadãos do mundo. A GP² pode gerar no aluno a curiosidade, pode provocar para novos desejos. Ela também faz o aluno refletir sobre a política nacional, sobre a estrutura administrativa, ao mesmo tempo que trata de organizações internacionais. Com a ampliação do olhar para o mundo, o aluno poderá se tornar um cidadão mais consciente.

O nível Médio foi a etapa escolhida para esta pesquisa, destacando-se então a análise do LD do Ensino Médio, pois, como bem lembra o Guia do LD de 2018 elaborado para a consulta dos professores, o EM³ é a etapa final da escolarização, é o fechamento da formação deles dentro do espaço escolar, onde deveria estar presente a formação cidadã (BRASIL, 2017). É nessa faixa etária⁴ que as questões ligadas à GP

¹ Sigla de livro didático.

² Sigla de Geografia Política.

³ Sigla de Ensino Médio.

⁴ Faixa etária referência para o nível de Ensino Médio está entre 15 e 17 anos.

ganham mais sentido e que, portanto, essas abordagens podem aparecer como conteúdo de forma mais clara.

Para a realização da proposta analítica foram trabalhados com as coleções destinadas ao EM. Para a seleção das coleções, dentre um número extenso delas, optou-se, como critério, eleger as duas coleções mais pedidas pelas escolas, conforme disponibilizado pelo Programa Nacional de Livro Didático Médio (PNLD), nos anos de 2012 e 2015. Sendo assim, foram analisadas as seguintes coleções: *Fronteiras da Globalização* (FG), Editora Ática e *Geografia Geral e do Brasil: Espaço geográfico e globalização* (GB), Editora Scipione, ambas aprovadas pelo PNLD 2018.

O QUE FALAMOS: A GEOGRAFIA POLÍTICA NA ESCOLA

Salienta-se que a opção deste estudo foi de se trabalhar com a Geografia Política, subcampo da Geografia, e não somente com a Geopolítica que encontra-se como matéria interdisciplinar entre as Relações Internacionais, Ciência Política, Ciências Jurídicas, História, Geografia, entre outras. Sobre a diferença entre os dois campos de conhecimento, encontram-se algumas explicações. A primeira é de que a GP centraria seus estudos na relação entre o espaço e a política, já na Geopolítica ele se daria entre o poder e a política.

Nos escritos de Carvalho e Castro (2009), depara-se com o fato de que dentro do campo científico da Geografia, desde a dita Geografia Tradicional, compreendia-se dois grandes subcampos: a geografia física e a geografia política. Com o passar das décadas, novos temas vão sendo agregados à nossa ciência e, por decorrência, novas nomenclaturas. Assim, no século XIX, Brunhes alcunha a “geografia humana”, quando adiciona “fenômenos relativos à vida dos grupos sobre a Terra [...]” (CARVALHO; CASTRO, 2009, p. 401), sendo este o nome que se perpetuou dentro da Geografia como àquele responsável pelos estudos que envolvessem a sociedade. Entretanto, os autores citados dão conta de que foi “às custas” da GP que se deu essa conquista (de termos um grande campo geográfico que tratasse das questões ditas humanas).

A subdisciplina se apresenta como relevante quando aparece no Plano Curricular Nacional (PCN) destinado às Ciências Humanas no ano de 2006 referente ao EM, o trecho em que a GP aparece é aqui destacado:

As diferentes fronteiras e a organização da geografia política do mundo atual, estado e organização do território. Acresce-se aqui a dimensão da Geografia política: quanto ao papel do Estado na criação de oportunidades ou de

cerceamento de ações envolvendo populações, nas formas de organização da população nos vários lugares do mundo, com suas lutas específicas, na definição de fronteiras e das possibilidades de sua superação, na estruturação dos territórios e as configurações demarcadas por interesses estratégicos nacionais (BRASIL, 2017a, p.58).

Nesse trecho podemos extrair algumas das temáticas que, segundo o PCN, encontram-se dentro da Geografia Política: fronteira, organização do espaço mundial, políticas públicas, movimentos de minorias e disputas territoriais. Depara-se aqui não com a visão clássica da GP, mas sim com aquela mais contemporânea, que não discute apenas questões ligadas ao Estado, apesar de ser a centralidade, mas também dá oportunidade para outros temas quando aborda as “lutas específicas”. Já nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), documento mais atual que o PCN, não encontra-se qualquer menção a qualquer um dos subcampos da Geografia, dentre elas a GP.

A escola como espaço de convívio social e também de dominação dos corpos, como discute Foucault, é o espaço onde se vivenciam as relações de poder, onde se percebe como as pessoas se submetem a ele, de que forma se rompe com isso, como os grupos de minoria (não no sentido quantitativo, mas sim de poder e de representação) se organizam. Todos esses elementos, que são percebidos nas escalas internacionais, nacionais e locais, e que são parte da Geografia Política, estão presentes no espaço escolar. Mesmo sem perceber, ao estabelecer e vivenciar relações de dominação, os jovens praticam/vivenciam, de certo modo, a GP na escola e no cotidiano social.

Na prática docente, isto é, na sala de aula percebe-se que a GP está presente. A negação da neutralidade já prevê um posicionamento político-não partidário- do professor. E como isso pode chegar na aula de Geografia? O discurso que assumimos em nossas aulas, os enunciados que propomos para chamar a atenção dos estudantes é resultado de nossas práticas sociais e influenciam os sujeitos, os alunos. O discurso que assumimos orienta nosso modo de ser e agir.

Destina-se agora em pensar como a Geografia Política chega e atravessa a escola, isto é, quais os conteúdos que chegam aos alunos por meio da GP. Onde que essa subdisciplina pode acrescentar no desenvolvimento da cidadania dos jovens. Em uma primeira reflexão já surgem alguns temas: a democracia (o voto e atuação cidadã), diferentes modelos de sociedade e de economia, limites e fronteiras, questões

migratórias, o papel do poder nas diferentes escalas, etc. E, ainda, como ela auxilia na leitura dos alunos sobre a espacialização de fenômenos políticos, por exemplo: identificar as estratégias operadas pelo poder, como esse poder atravessa a economia.

Em tempos de Escola Sem Partido⁵, a GP ou a percepção da Geografia através da política pode ser mais rara. Isso se deve ao fato dela se destinar às questões do cotidiano, por colaborar na formação de jovens críticos, problematizando questões sociais e econômicas. Ela também abre espaço para se falar de política “puramente”, de fatos políticos (ex: lei de migração, reforma trabalhista, reforma política, etc). Atualmente, temas como: corrupção, representatividade, democracia representativa, sistemas políticos, caberiam à disciplina.

Sobre o ensino de GP na educação básica ressalta-se que não são muitos os trabalhos acadêmicos que se destinam a tal temática. Talvez isso se justifique pela especificidade do tema, ou pela GP ser algo que está muito incrustada na academia e que não consiga chegar de forma clara na Geografia Escolar, ou pelo fato dela estar presente nos LD's de forma pulverizada.

Na análise do LD's em estudo os conteúdos de conflitos internacionais estão presentes. De pronto pontuamos que este também deva ser foco da Geografia Política, pois o conflito é resultado da disputa, muitas vezes entre Estados ou grupos sociais. Contudo, cabe à GP quando tratar de questões internacionais, não se deter apenas ao conflito, mas também à integração de Estados, aos acordos internacionais e no que isso altera o cotidiano das pessoas.

Em todos eles se faz presente o papel da GP na formação cidadã dos alunos, e que a mesma, bem como a própria Geografia, traz elementos ao alunado para a reflexão, desenvolvimento da criticidade, para a formação de um cidadão que lutem por seus direitos e deveres. Para tanto, busca-se nos LD as seguintes temáticas: diferentes formas de governar com foco na democracia, elementos de uma geografia eleitoral,

⁵ O projeto existe nas diferentes escalas administrativas. Em nível federal, a lei foi proposta pelo senador Magno Malta (PR) que propõe a inclusão do Programa Escola Sem Partido na LDBEN (Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional). Entre os incisos mais polêmicos do projeto estão: que a educação nacional atenderá o princípio de “neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado”, “direito dos pais a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções”; e que no exercício de sua função, o professor: “não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias” e, ainda que “ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito” (BRASIL, 2017b).

competências de cada esfera de poder, políticas públicas, questão migratória, formação das fronteiras e as fronteiras atuais, integração regional de Estados-Nações e conflitos territoriais.

O relevante desses conteúdos que parecem estar tão distantes da realidade ou que têm origem nos centros de poder, igualmente distantes, é que eles se manifestam na realidade ou podem ser percebidos com auxílio do professor. Abordar os problemas cotidianos que encontram suas soluções na política, relacionar problemas de escalas diferentes (principalmente a escala nacional e problemas da administração local), trazer para a sala de aula o conteúdo de “atualidades”, isto é, abordar temas que estão em pauta na mídia e provocar no aluno um novo olhar para o tema. Assim é possível apresentar um viés pouco abordado, rompendo com o senso comum de forma a dar elementos para a construção da sua própria opinião.

PELAS PÁGINAS DO LIVRO DIDÁTICO: COMO A GEOGRAFIA POLÍTICA ESTÁ REPRESENTADA?

Como panorama geral, identifica-se que os conteúdos são divididos de formas distintas pelas duas coleções (Geografia Geral e do Brasil e Fronteira de Globalização), não havendo uma ordem comum na estruturação dos livros. Isso traduz o entendimento de como os autores dos livros compreendem o encadeamento no aprendizado dos conteúdos.

Mesmo que sigam estruturas muito parecidas ao analisar o que é para cada ano do Ensino Médio, onde no primeiro ano são abordados os conceitos fundantes da disciplina, os aspectos da Geografia Física; no segundo ano dá-se destaque à globalização e aspectos das políticas internacionais- no qual concentram-se os conteúdos da Geografia Política-; e no terceiro ano a preocupação dos LD's é fazer um retrato do Brasil; existem nuances que as diferenciam quando volta-se os olhos para os ditos sobre Geografia Política. Enquanto a Coleção Fronteiras da Globalização (FG), que já traz no título um importante conceito para o subcampo, apresenta os conteúdos de GP de forma mais pulverizada entre os três anos escolares finais, a coleção Geografia Geral e do Brasil (GB), por sua vez, concentra esses conteúdos no livro dois, destinado ao segundo ano.

Os conceitos de Território e Fronteira é de praxe que os LDs iniciem a aproximação do aluno com a coleção através da evolução do pensamento geográfico

e, logo em seguida, apresentem os conceitos basilares da disciplina, dentre eles: lugar, espaço geográfico, paisagem, região e território. Esse último conceito é essencial para a GP. Nas coleções analisadas não foi diferente, o conceito de território está contido nos livros de primeiro ano, com a distinção que na coleção FG ela está apartada dos outros conceitos, sendo localizado somente ao fim do livro quando aborda-se o Estado-Nação. Poder, controle e domínio são palavras que dão o tom na definição de território. A coleção GB preocupa-se em fazer um apanhado histórico da evolução do conceito associado às correntes de pensamento na geografia, o que parece ser pouco proveitoso para o aluno. Essa mesma coleção associa o território unicamente ao Estado-Nação, conforme o entendimento da GP tradicional. Algo que se contrapõe na coleção FG, que mesmo situando o conceito na unidade que trata do Estado-Nação, aponta como território uma área delimitada que se diferencia das outras pelo governo, pela cultura, pela economia. Dessa forma, acaba dando uma visão mais contemporânea ao conceito.

As fronteiras territoriais aparecem na coleção FG como “limites do alcance das relações de poder exercidas entre os diversos agentes”. Faz-se, apenas nessa coleção, a distinção entre os dois conceitos (limite e fronteira), algo caro à GP e densamente trabalhado na GP brasileira. Dessa forma, caracteriza-se no LD limite associado a uma linha e fronteira a uma faixa. Essa distinção permite aos alunos e professores o exato sentido que cada uma exerce. Enquanto a linha que divide dois países exerce o limite de atuação de um Estado, ligado a sua soberania e ao uso de sua força legítima; a fronteira está ligada à troca, à circulação, à cultura, como mostra a Figura 1.



Figura 1: Fronteira
Fonte: RIGOLIN; ALMEIDA, 2016.

Foi adotada pelo FG a imagem da fronteira Brasil - Uruguai para retratar o conteúdo. Ressalta-se a importância de se retratar o lado pacífico da fronteira, de comunhão, onde a passagem dos transeuntes é livre e onde há ausência do “limite”, mas ao mesmo tempo indaga-se se toda fronteira é assim, se não seria pertinente, tratando-se exclusivamente as fronteiras brasileiras adicionar a fronteira com a Venezuela, onde situa-se a floresta amazônica. Acredita-se que isso daria margem para a compreensão da pluralidade de fronteiras existentes em território nacional.

Chamadas de fronteiras políticas, aquelas que separam os Estados, o LD deixa evidente a alteração que elas sofreram e sofrem com o passar do tempo, isto é, os limites não são estáticos. Como exemplo tem-se a divisão do continente africano do século XX para o século XXI; e o leste europeu pós-dissolução da URSS e a expansão do território brasileiro.

O LD ao tratar sobre as Ordem Internacional aborda as diferentes ordens geopolíticas, isto é, as diferentes formas dos países se organizarem frente à realidade internacional. Para abordar o tema, os livros fazem uso de fotos dos representantes das forças antagonistas do mundo bipolar, das disputas do poderio bélico, das propagandas da época, mas se faz ainda maior o número de mapas utilizados para representar o conteúdo. Esses são utilizados para mostrar a divisão do mundo no sentido leste - oeste (socialistas X capitalista) e para representar a proximidade espacial entre EUA e URSS, bem como para ilustrar aos alunos a Alemanha e sua capital, Berlim, dividida entre as duas potências do mundo bipolar, evidenciada pela Figura 2. Diferente de demais capítulos, nestes estão presentes os mais diferentes tipos de gráficos que abordam a economia das principais potências.

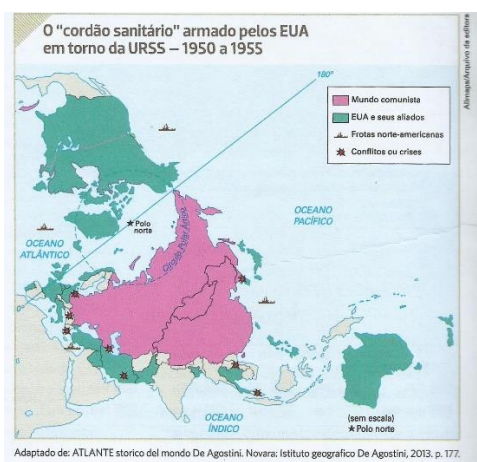


Figura 2: As diferentes ordens mundiais
Fonte: RIGOLIN; ALMEIDA, 2016.

Para os escritores dos LD analisados, coube à cessão sobre a ordem internacional trazer à tona elementos da 2ª Grande Guerra e como isso deflagra em um mundo bipolar. Apesar dessa divisão, são apresentadas, de forma superficial o que embasa teoricamente esses dois mundos: de um lado Marx e Engels e a Revolução Russa- sem explicar porque ela ocorreu na Rússia, de outro lado são citados apenas os planos dos EUA para o combate ao avanço do socialismo, como: Plano Marshall, Doutrina Truman e o surgimento da OTAN.

A URSS são ditos como governos totalitários. Não fazendo distinção entre as diferentes fases que a União Soviética passou e sem fazer menção ao que era a Rússia Czarista. Faz-se as seguintes reflexões: há consenso científico que a URSS foi unicamente totalitária? Isso é uma verdade? Complexificar os conteúdos traria mais elementos ao debate plural, sendo isso algo que dependeria da disposição do professor.

Não há consenso entre os LDs sobre a atual organização internacional. Vivemos em mundo uni ou multipolar, ou, ainda, uni-multipolar? A coleção FG traz que a ordem geopolítica está centrada nas mãos de três grandes potências: Estados Unidos, Alemanha e Japão. A coleção GB já faz coro aos que leem o mundo como sendo uni-multipolar, no qual a hegemonia estadunidense é incontestável. Porém, em razão da crise mundial econômica de 2008, essa hegemonia se dissipa. Esse fato, para os autores do livro, está associado às novas relações de interdependência dos EUA com potências emergentes. Na transição do mundo bipolar para a o unimultipolar, apresenta-se nos livros a mudança na divisão do mundo: enquanto no primeiro momento essa divisão se dava entre Leste e Oeste em razão da divisão ideológica e econômica, a atual divisão se dá na orientação Norte e Sul que divide o mundo em países desenvolvidos e não desenvolvidos (agrupando os que estão em desenvolvimento), categorização esta marcada pela economia dos países.

Como já supracitado, a ordem geopolítica internacional trata apenas das potências mundiais, deixando à margem do processo político internacional países que são menos desenvolvidos. Por certo que a importância destes no cenário internacional é diminuta. Mas o interessante é que o olhar do LD para a organização internacional desloca dessa realidade (como se não existissem). Na verdade o capítulo trata, de forma crua “quem manda no mundo”.

Se de um lado, o LD não menciona os países menos desenvolvidos e o papel que eles cumprem no cenário internacional, o mesmo não ocorre com os países emergentes. São conceituados como emergentes os países com crescimento econômico e com expressivo mercado consumidor. Nos livros analisados o grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) ganhou destaque, ocupando nos livros de 2 a 3 páginas. A importância de situar um grupo onde o Brasil está presente faz-se mister na tomada de consciência do aluno de que o Brasil é parte de um grupo representativo dentro da ordem internacional. Assim, é possível romper com uma máxima assimilada pelos jovens e percebida na minha prática de que somos um país pobre e sem relevância internacional.

Compreender como os países se organizam e como isso se altera ao longo da história é parte importante do processo de entendimento dos alunos sobre o mundo que vivemos. Nem sempre os EUA foram a potência principal do mundo, nem sempre o capitalismo foi o único modelo econômico e de sociedade, e que ainda não o é. O que faz os países hegemônicos serem hegemônicos? Como eles chegaram nessa situação? E espacialmente, como isso se traduz? O professor tem nesse conteúdo um conjunto de possibilidades para mostrar que o mundo e a relação de poder entre os países é complexa.

Ensinar as diferentes ordens internacionais é terreno árido para o professor. Um conteúdo que se distancia da realidade do jovem brasileiro. O LD auxilia o professor nessa empreitada, fornecendo imagens e gráficos com informações que permitem a leitura dessa realidade.

CONCLUSÃO - DOS OLHARES DA GEOGRAFIA POLÍTICA NO LIVRO DIDÁTICO

A utilização das coleções analisadas em sala de aula para o ensino da Geografia Política podem ser fundamentais como apoio a professores e alunos no processo de aprendizagem, pois trazem consigo um texto acessível ao professor e que pode auxiliar os alunos na compreensão quando de sua leitura. Além disso, o LD é diverso em imagens e gráficos que retratam o conteúdo, dando oportunidade aos alunos de terem acesso a outras linguagens em que o conteúdo se revela. Se não fosse o LD, dificilmente o aluno procuraria fotos ou dados sobre o que se estuda. Percebe-se o cuidado com as cartografias temáticas, que são atraentes e revelam diversas informações pertinentes à GP.

A formação cidadã, a qual se pretende no ambiente escolar, está distante da formação que tem como base o simples decorar de um conteúdo que não tem relevância na vida do docente. A construção de um cidadão que tenha consciência de seus direitos e deveres perpassa por um ensino que o estimula às dúvidas, ao questionamento, que não fique satisfeito com respostas prontas, nem mesmo com as verdades trazidas pelo LD. A Geografia Política pode cumprir nessa formação um importante papel: de instigar no aluno a compreensão de que muitas das espacialidades que ele identifica e vivencia estão arraigadas de política, e que todas as relações de poder possuem viés político. Justamente por tratar a GP dentro das escalas de poder, muitas vezes essa matéria acaba sendo apresentada no LD de forma bastante distante da realidade. Por esse motivo salienta-se a importância do docente em realizar propostas que fomentem a criticidade e a construção cidadã, proporcionando uma relação dos conteúdos da GP com a realidade na qual estamos inseridos.

Dos temas destacados nesse trabalho possuem a capacidade de deslocar o aluno para um pensar diferente: porque muros nas fronteiras? Quem arbitra o que é um território? Que outros modelos políticos e econômicos podemos ter?

O professor é peça chave para que o aluno tenha instrumentos para chegar nesses questionamentos destacados a fim de sair do lugar comum de quem apenas recebe um conteúdo. Os LD's analisados dão margem ao pensamento crítico, conseguem, ainda que de forma tímida relacionar fatos da vida de um brasileiro com o tema trabalhado, principalmente por meio dos textos auxiliares, cabendo, mais uma vez a orientação do professor nesse sentido.

A Geografia Política se apresenta no livro didático por meio de conteúdos que trazem o cenário internacional como escala principal, possibilitando aos discentes se enxergarem como cidadãos do mundo, a compreender como os países se relacionam e porque eles conflitam. Entretanto, mesmo que a escala internacional ganhe destaque, é na vida cotidiana dos alunos (local) que esses conteúdos ganharão significados. E é nessa conexão que o LD se ausenta, cabendo ao professor o desafio de estabelecer essa relação. Mesmo assim, o acesso a informações sobre questões internacionais provocam a ampliação do olhar do aluno para o mundo: conhece a diversidade de culturas, de rostos e de religiões.

Há uma tímida aparição no LD do Brasil quando a abordagem está voltada ao cenário internacional. A sua visibilidade ocorre somente quando se trata de países

emergentes, por meio dos BRICS. Esse fato mostra a irrelevância dos países que não são grandes potências econômicas ou que não possuem importância política quando se fala em escala internacional.

Os conteúdos relacionados à Geografia Política nos aproximam de um mundo diverso e nos permitem a reflexão sobre a nossa própria vida, podendo incentivar a nossa atuação nessa arena, a da cidadania. Assim, salienta-se a importância que a GP tem no ensino da Geografia, bem como na construção cidadã dos jovens. Refletir sobre como ela está apresentada no LD representa um primeiro momento para pensarmos em sua importância para a Geografia Escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Ministério da Educação. ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO: Ciências Humanas e suas Tecnologias* (Vol. 3). Brasília. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf. Acesso em 30 out. 2017a.

_____. Projeto de Lei do Senado nº 193. *Projeto Escola Sem Partido*. Brasília. Disponível em <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?t=192255>. Acesso em: 11 nov. 2017b.

_____. *Indicadores Educacionais - Adequação da Formação Docente*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira: Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais>. Acesso em: 10 mar. 2017c.

_____. *Dados Estatísticos*. Fonte: FNDE-Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/dados-estatisticos>. Acesso em: 15 out. 2017d.

CARVALHO, D.; CASTRO, T. Geografia Política e Geopolítica. *Geografia Política e Geopolítica: A contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro*, 2009.

KAERCHER, N. A. *A Geografia escolar na prática docente: a utopia e os obstáculos epistemológicos da Geografia Crítica*. Tese (Doutorado em Geografia Humana). FFCHL São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

_____. A Geografia escolar: gigante de pés de barro comendo pastel de vento num fast food? *Terra Livre*, 1 n.28., 27-44, 2007.

MUNAKATA, K. O livro didático como mercadoria. *Pro-Posições*, 23, n.3, 51-66, 2012.

TONINI, I. M. Livro Didático: Textualidades em Rede. *In: TONINI, I. M. et all (Orgs.). O Ensino de Geografia e suas Composições Curricularres*. Porto Alegre: UFRGS, 2011.